



Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação superior no estado do Paraná: um estudo comparativo do período de 2003 a 2010

Luiz Fernando Reis^{1*} e Aroldo Messias de Melo Junior²

¹Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rua São Francisco Xavier, 524, 20550-013, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. ²Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Curitiba, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: reisluzfernando@gmail.com

RESUMO. Neste trabalho procuramos analisar o financiamento das universidades paranaenses no período de 2003 a 2010 (Governo Requião), tomando como parâmetro dois indicadores: 1) a parcela dos recursos constitucionalmente vinculados à educação e destinados às universidades paranaenses para a manutenção das atividades de ensino; 2) os recursos do Tesouro do Estado destinados pela Lei Orçamentária Anual às universidades para o financiamento das atividades de ensino (despesas com educação), das clínicas e dos hospitais universitários (gastos com saúde) e de parte da folha de pagamento de pessoal de pesquisa (gastos com ciência e tecnologia). Para o alcance do objetivo proposto, realizamos uma pesquisa documental, consultamos os pareceres do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, os Balanços Gerais do Estado e, também, informações disponibilizadas pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Os resultados deste estudo nos permitiram concluir que, no período analisado, as universidades paranaenses enfrentaram um processo de subfinanciamento, especialmente nos anos de 2003 a 2005, o que resultou numa redução, em termos reais, dos recursos do Tesouro do Estado a elas destinados.

Palavras-chave: financiamento da Educação Superior, políticas públicas, universidades paranaenses, Governo Requião (2003-2010).

Maintenance expenses and higher education development in the State of Paraná: a comparative study from 2003 to 2010

ABSTRACT. The financing of government universities in the state of Paraná, Brazil, between 2003 and 2010 (Requião administration), is analyzed. The parameter consists of two indicators: 1) resources constitutionally bonded to education and directed to government-run universities of the state of Paraná for the maintenance of teaching activities; 2) the state of Paraná's treasury resources destined by the yearly budget to universities for the financing of teaching activities (education expenses), clinics and university hospitals (health expenses) and part of the research staff's payroll (science and technology expenses). A documentary research was undertaken and the Court of Auditors of the State of Paraná, the General Balance of the State and information provided by the State's Secretary of Science, Technology and Higher Education were consulted. Results showed that during the period under analysis, the government-run universities of the state of Paraná were under-financed, especially for the 2003-2006 period, resulting in a true decrease of state's treasury resources for Paraná's Universities.

Keywords: financing of Higher Education, public policies, Paraná's Universities, Requião administration (2003-2010).

Gastos con el mantenimiento y desarrollo de la educación superior en el Estado de Paraná: un estudio comparativo del periodo de 2003 a 2010

RESUMEN. En este trabajo buscamos analizar la financiación de las universidades del estado de Paraná en el periodo de 2003 a 2010 (Gobierno Requião), teniendo como parámetro dos indicadores: 1) la parte de los recursos constitucionalmente vinculados a la educación y destinados a las universidades de Paraná para el mantenimiento de las actividades de enseñanza; 2) los recursos del Tesoro del Estado destinados por la Ley de Presupuesto Anual a las universidades para la financiación de las actividades de enseñanza (gastos con educación), de las clínicas y de los hospitales universitarios (gastos con salud) y de parte de la Nómina de personal de investigación (gastos con ciencia y tecnología). Para alcanzarse el objetivo propuesto, realizamos una investigación documental, consultamos los dictámenes del Tribunal de Cuentas del Estado de Paraná, los Balances Generales del Estado, así como informaciones puestas a disposición por la Secretaría de Estado de la Ciencia, Tecnología y Enseñanza Superior. Los resultados de este estudio nos permitieron concluir que, en el periodo analizado, las universidades de Paraná enfrentaron un proceso de sub-financiación, especialmente en los años de 2003 a 2005, lo que resultó en una reducción, en términos reales, de los recursos del Tesoro del Estado a ellas destinados.

Palabras clave: financiación de la Educación Superior, políticas públicas, universidades de Paraná, Gobierno Requião (2003-2010).

Introdução¹

Quanto ao financiamento da educação em geral, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) determinou, em seu artigo 212, que os estados deverão aplicar pelo menos 25% de suas receitas de impostos, somadas às transferências do governo federal, em manutenção e desenvolvimento do ensino. No Paraná, tal determinação foi incorporada ao artigo 185 da Constituição Estadual (PARANÁ, 1989). No período de 1989 a 2006, o governo estadual aplicou pelo menos 25% das suas receitas de impostos na manutenção e desenvolvimento da rede estadual de ensino, incluindo a Educação Básica e as Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES). A partir de 2007, por determinação da Emenda Constitucional n.º 21/2007 (PARANÁ, 2007) que deu nova redação ao artigo 185 da Constituição Estadual, o Estado do Paraná passou a aplicar pelo menos 30% das suas receitas de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, incluindo a Educação Básica e as Universidades mantidas pelo governo paranaense.

No Estado do Paraná não há uma legislação que garanta uma fonte específica para o financiamento da Educação Superior como ocorre, por exemplo, no Estado de São Paulo. De acordo com Gutierrez e Catani (1996) as três universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp), desde 1989, recebem um percentual do ICMs (cota-parte estadual) para o financiamento de suas atividades. Em 1989, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por ocasião da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), definiu que as universidades estaduais receberiam 8,4% do ICMs (cota-parte estadual). Em 1992, tal percentual foi elevado para 9% e em 1995 o percentual foi elevado para 9,57%. Esse percentual permanece inalterado até a presente data.

O Estado do Paraná mantém grande rede de Instituições Estaduais de Educação Superior. De acordo com informações disponibilizadas em 2012 pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná – SETI (PARANÁ, 2012a), a rede estadual de Ensino Superior paranaense compunha-se de sete universidades² que

ofereciam 397 cursos de graduação (presenciais e à distância), 119 mestrados e 51 doutorados. Eram mantidos quatro hospitais universitários, em Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, que totalizavam 772 leitos. O conjunto das universidades contava com 95.492 matrículas em cursos, presenciais e à distância, de graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*), 8.928 servidores técnico administrativos e 7.408 docentes. Do total de servidores técnicos, 340 (3,96%) eram temporários. Do total de docentes, 6.336 (85,53%) eram portadores do título de mestre e/ou doutor e 1.519 (20,50%) eram contratados como temporários.

Neste trabalho procuramos analisar o financiamento das universidades paranaenses no período de 2003 a 2010 (Governo Requião), tomando como parâmetro dois indicadores: 1) a parcela dos gastos com educação, constitucionalmente vinculados, destinados às universidades paranaenses para a manutenção das atividades de ensino; 2) os recursos do Tesouro do Estado destinados às universidades para o financiamento das atividades de ensino (despesas com educação), das clínicas e dos hospitais universitários (gastos com saúde) e de parte da folha de pagamento de pessoal de pesquisa (gastos com ciência e tecnologia). Para o alcance do objetivo proposto, realizamos uma pesquisa documental, consultamos os pareceres do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, os Balanços Gerais do Estado e, também, informações disponibilizadas pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O Governo Requião e as políticas para a Educação Superior paranaense

No período de 2003 a 2010, o Estado do Paraná foi governado por Roberto Requião (PMDB). De acordo com Reis (2007), Requião se apresentou nas eleições de 2002 como candidato de oposição à administração do então governador Jaime Lerner³

Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Francisco Beltrão, Foz de Iguaçu e Toledo; Universidade Estadual do Centro do Paraná (Unicentro) com *campus* em Guarapuava e Irati; Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) com *campus* em Jacareizinho, Cornélio Procopio e Bandeirantes; Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) com *campus* em Apucarana, Campo Mourão, Curitiba, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória.

¹ Texto revisto e ampliado do originalmente apresentado, em parceria com Melo Junior e Mancebo, no XX Seminário Nacional da Rede Universitária/BR e publicado nos Anais do evento sob o título: *O financiamento das Universidades Estaduais do Paraná no período de 2003 a 2010 (Governo Requião)*. João Pessoa, PB, maio de 2011. O texto dá continuidade aos estudos a respeito do financiamento das Universidades Estaduais do Paraná desenvolvidos nos seguintes trabalhos: a) *Evolução das despesas com manutenção e desenvolvimento da educação superior no Governo Requião (2003-2006)*, realizado em parceria com Paiva, publicado nos Anais da ANPED SUL 2010 – VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul. Londrina, PR, julho de 2010; e b) *A reforma universitária nas Universidades Estaduais do Paraná*, realizado em parceria com Bosi, publicado na revista *Universidade e Sociedade*, Brasília, DF.: outubro de 2004.

² Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) com *campus* em

³ Jaime Lerner governou o Paraná no período de 1995-2002. Adotou uma postura de aberto enfrentamento a todos que lhe faziam oposição, especialmente no seu segundo mandato (1999-2002). Cercou com grades o Palácio Iguaçu (sede do governo) para tentar evitar a pressão das constantes manifestações realizadas na capital, especialmente de servidores públicos. Procurou evitar, diversas vezes, pelo uso da força policial, que manifestantes dos diversos movimentos sociais chegassem até Curitiba. Lerner, ao final de seu mandato, foi considerado o governador mais impopular do país, segundo pesquisa do DataFolha, publicada no jornal *Folha de São Paulo* em 30 de dezembro de 2002 (PEEMEDEBISTA..., 2002). O candidato a governador apoiado por Lerner nas eleições em 2002, Beto Richa (PSDB), não passou sequer para o segundo turno, fez apenas 17,3% dos votos válidos, conforme informações disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2003, p. 106). No final do mandato de Lerner, os professores e os funcionários das

(PFL), afirmando ser comprometido com as mudanças e, por consequência, sua administração seria oposta à administração ‘neoliberal’ de Lerner. Em seu discurso de posse, Requião afirmou: “[...] toda a minha campanha e todo o meu programa de governo tiveram como centro a proposta de mudança. Mudança de prioridades, mudança de estilo” e, ainda, que iria “[...] fortalecer a autonomia das universidades” (REIS, 2007, p. 13). Para dirigir a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Requião escolheu o professor Aldair Rizzi, que na época ocupava o cargo de vice-reitor da Universidade Federal do Paraná. Rizzi ocupou o cargo de secretário por pouco mais de três anos. Em 3 de abril de 2006, exonerou-se do cargo para candidatar-se a deputado federal pelo PMDB. Foi nomeada como nova titular da SETI a ex-reitora da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Lygia Pupatto, vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e que antes de ocupar o cargo de reitora foi vereadora e deputada estadual.

Em relação às universidades, Requião, no início de seu mandato, implantou políticas que demonstraram grande distância entre o discurso da campanha eleitoral e a prática governamental. Alegando que recebera uma ‘herança maldita’, Requião procurou responsabilizar o governo anterior (Lerner) pela situação da rede estadual de Ensino Superior. Em abril de 2003, o secretário Rizzi, em matéria divulgada pela Agência Estadual de Notícias, afirmou que sua gestão havia herdado “[...] um quadro caótico do ponto de vista administrativo e financeiro. Havia a expansão desorganizada de cursos, sem a garantia de orçamento e, conseqüentemente, qualidade” (REIS, 2007, p. 13). Para enfrentar a denominada ‘herança maldita’, o Governo Requião, no início de sua gestão, propôs uma redução de 30% das despesas de custeio em todas as secretarias. Rizzi manifestou a sua anuência com tal procedimento e declarou, em relação às universidades, que: “[...] devido ao déficit não será possível expandir cursos e nem investir em novos *campi*” (BOSI; REIS, 2004, p. 40).

Rizzi, ao longo de sua gestão como titular da SETI, tentou colocar em prática uma ‘reforma’ da educação superior, denominada por ele de “[...] política de reestruturação do sistema estadual de educação superior” (REIS, 2007, p. 13) com destaque para as seguintes medidas:

[...] suspensão da implantação de novos cursos de graduação, o ‘fechamento’ [a suspensão da realização

de vestibular] de 43 cursos de graduação já implantados, a imposição de arrocho salarial aos docentes e a contenção de concurso público para a contratação de novos servidores docentes e técnico-administrativos. (REIS, 2007, p. 13, grifo do autor).

Além de suspender a realização do vestibular de 43 cursos de graduação já implantados, a SETI não atendeu à solicitação das universidades paranaenses que pleiteavam a abertura de 30 novos cursos. De acordo com informações veiculadas pelo secretário Rizzi, em 30 de março de 2004, na Assembleia Legislativa, a SETI não autorizou a abertura ou continuidade de dois novos cursos na UEL, um na UEM, dois na UEPG, um na Unicentro e 24 na Unioeste (BOSI; REIS, 2004). Na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, o curso de Medicina que já tinha iniciado as atividades letivas, teve a sua implantação suspensa. Os alunos matriculados no curso de Medicina na UEPG foram transferidos para os cursos de Medicina das outras universidades mantidas pelo Estado em Cascavel, Londrina e Maringá (BOSI; REIS, 2004). Na tentativa de justificar a sua política de contenção do crescimento da Educação Superior estadual pública com a conseqüente redução dos recursos destinados às IEES, o Governo Requião passou a defender tais ações argumentando que o Estado estava imerso num déficit orçamentário, herança do governo anterior. Uma breve análise da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias - ICMS e da Receita Orçamentária nos anos de 2003 e 2004 demonstra a fragilidade de tais argumentos.

De acordo com informações disponibilizadas pela Secretaria da Fazenda, por meio dos Balanços Gerais do Estado (PARANÁ, 2003-2010), houve um crescimento da receita orçamentária nos anos de 2003 e 2004 na ordem de 10,04 e 17,18%, respectivamente. Quanto ao ICMS, o crescimento foi ainda maior: em 2003 o crescimento foi de 19,69% e em 2004 de 16,23%.

O crescimento expressivo da arrecadação tributária do Estado nos dois primeiros anos do Governo Requião, bem superior à inflação acumulada, pôs por terra o argumento do déficit orçamentário utilizado pelo governo estadual como justificativa para a implantação de uma política de contenção da expansão da rede estadual de Educação Superior e para o arrocho orçamentário imposto às IEES paranaenses. Percebendo que o argumento utilizado foi desmentido pela realidade empírica, o governo do Estado começou a difundir outra ‘justificativa’ para a redução dos gastos com a Educação Superior. De acordo com Bosi e Reis (2008, p. 184, grifos dos autores),

universidades estaduais de Londrina, Maringá e do Oeste do Paraná realizaram uma greve que perdurou por praticamente seis meses ininterruptos (de 17 de setembro de 2001 a 4 de março de 2002).

A SETI, percebendo a fragilidade do argumento baseado no déficit orçamentário, começou a propalar outra justificativa não menos ideológica: ‘O Paraná é o Estado que apresenta o maior comprometimento de sua arrecadação tributária com a manutenção da estrutura de educação superior pública’. Assim, o problema passava a ser o governo federal que teoricamente – e na visão da SETI – investia pouco na manutenção da educação superior no Paraná. Na esteira deste argumento o governador Roberto Requião chegou a defender a seguinte ideia: ‘O que precisamos é federalizar algumas de nossas universidades ou, pelo menos, obter um repasse de verbas da União’.

Com esse novo argumento, o governo estadual procurava justificar suas ações responsabilizando o governo federal pela falta de investimentos na Educação Superior paranaense. Segundo os argumentos propalados pelo Governo Requião, o Estado do Paraná já comprometia um percentual importante da arrecadação tributária com o custeio da Educação Superior.

Além de afirmar que o Paraná era um dos Estados que mais investia na Educação Superior, o governo do Estado buscou justificar a política de contenção orçamentária alegando pouca racionalidade por parte das universidades na utilização dos recursos postos a sua disposição pelo Estado. Essa ‘justificativa’ foi apresentada pelo secretário Rizzi num artigo sobre a reestruturação da Educação Superior do Paraná, no qual definia como um dos objetivos das políticas do Governo Requião para as universidades paranaenses: “[...] dar maior racionalidade às atividades acadêmicas e administrativas das instituições de Educação Superior públicas” (RIZZI, 2003, p. 2). Esse projeto de racionalização administrativa, como veremos nas tabelas apresentadas adiante, tinha como objetivo maior conter os gastos com as IEES paranaenses e desobrigar o Estado de seu financiamento integral, convocando as próprias IEES e a comunidade para que assumissem parte dos custos da Educação Superior. A proposta de divisão dos custos da Educação Superior com a comunidade tem estreita sintonia com as orientações do Banco Mundial para a reforma da Educação Superior nos denominados países em desenvolvimento. O Banco Mundial recomenda que os ‘países em desenvolvimento’ reformem os seus sistemas educacionais. Em relação ao financiamento da Educação Superior, recomenda-se que as instituições públicas de Educação Superior diversifiquem suas fontes de financiamento por meio da cobrança de mensalidades, prestação de serviços e o estímulo à filantropia, dentre outras iniciativas⁴.

Quanto às ações desenvolvidas pela SETI, o secretário Rizzi afirmou:

Buscamos reassumir as responsabilidades do Poder público – esquecidas nos últimos anos – e ‘adotar políticas realistas, visando não só ter o aproveitamento responsável dos recursos disponíveis, mas também conquistar a ampla participação das IEES em ações condizentes com a nossa realidade’. [...] em função das grandes dificuldades em ampliar investimentos, pela escassez de recursos, ‘decidimos estancar a expansão de novos cursos e novos campi’ (BOSI; REIS, 2008, p. 184, grifo nosso).

Na avaliação do governo estadual, para melhorar a qualidade dos cursos já existentes nas universidades paranaenses, seria necessário conter a ampliação do número de vagas e a criação de novos cursos e *campi* universitários. A contenção da expansão, associada ao arrocho salarial dos servidores docentes e técnicos, permitiu que o Governo Requião, já nos primeiros anos de seu mandato, reduzisse em termos reais o orçamento destinado às IEES. Denunciando a contradição entre o discurso e a prática do governador, Altoé (2007) destaca que Roberto Requião no início de seu governo prometeu reverter o baixo investimento nas IEES:

A partir de 2003 o governo de Roberto Requião prometeu reverter este quadro. Apesar da campanha e das promessas de que a direção da economia e do financiamento do aparelho do Estado seria alterada, este nível de educação pública não recebeu o tratamento prometido, o que frustrou a esperança de que, no curto e no médio prazo, as instituições de educação superior paranaenses recebessem os recursos para uma contribuição maior no financiamento do desenvolvimento sociocultural e econômico. (ALTOÉ, 2007, p. 119).

O Governo Requião tentou transferir para a comunidade parte da responsabilidade pelo financiamento das IEES paranaenses. Além disto, o governo estadual desrespeitou a autonomia das universidades e procurou conter o crescimento dos recursos destinados às IEES. Nessa direção,

Os orçamentos passaram a ser fixados por teto orçamentário com critérios definidos pelo governo sem discussão prévia com as instituições e desrespeitando as necessidades mínimas de manutenção das IEES-PR. Ocorreu uma perda total de autonomia da gestão administrativa, através de uma série de regulamentações, de decretos, etc. As administrações e os Conselhos superiores das IEES-

⁴ Os principais documentos de orientação do Banco Mundial para a reforma da educação superior são os seguintes: *La enseñanza superior: las lecciones*

derivadas de la experiencia (El desarrollo en la práctica), de 1995; *Prioridades y estrategias para la educación: estudio sectorial del Banco Mundial*, também de 1995; *La educación superior en los países en desarrollo: peligros y promesas*, de 2000.

PR perderam quase totalmente suas atribuições estatutárias, já que a maioria das decisões administrativas internas depende de autorização governamental. (ALTOÉ, 2007, p. 119).

Ao fixar os orçamentos das universidades, desconsiderando as suas demandas, o Governo Requião repetiu um velho método utilizado no governo anterior (Lerner): o estímulo à privatização do espaço público, pela divisão dos custos da Educação Superior com a comunidade. Requião procurou coagir as IEES a buscarem fontes alternativas de financiamento junto à iniciativa privada e às agências públicas de fomento, por meio de projetos. As administrações das IEES e representantes do governo passaram a estimular os professores a se converterem em empreendedores, captadores de recursos.

A necessidade das IEES buscarem fontes alternativas de financiamento ficou evidente em 2004 quando o governo selou um acordo tácito com os reitores para a reabertura dos 43 cursos de graduação suspensos no início de 2003. Tal acordo pressupunha que as próprias IEES que quisessem viabilizar a reabertura dos cursos suspensos buscassem na comunidade parte dos recursos necessários à manutenção de tais cursos. Além da busca do apoio da comunidade, caberia aos dirigentes aplicar algumas medidas racionalizadoras para diminuir os custos de manutenção das IEES para o Estado. Desta forma, os 43 cursos de graduação suspensos em 2003 foram 'reabertos' e os vestibulares voltaram a ser realizados. Como contrapartida, a comunidade foi convocada a investir recursos, tanto para a adequação da estrutura quanto para a aquisição de materiais e equipamentos (BOSI; REIS, 2008). De acordo com o então secretário Rizzi:

[...] a regularização da maioria dos cursos suspensos em tempo recorde deve-se a um esforço conjunto: governo, universidade e sociedade. [...] Percebemos o esforço das universidades no ajuste às políticas públicas e pela primeira vez a sociedade se envolvendo plenamente no processo. Houve uma mudança de conceitos e metas gerenciais (BOSI; REIS, 2008, p. 189).

Entretanto, o incentivo à participação da comunidade no financiamento de parte das despesas com a Educação Superior foi denunciada como artifício utilizado pelo governo para desresponsabilizar-se do financiamento integral da Educação Superior pública. Ainda de acordo com Bosi e Reis (2008, p. 188, grifo dos autores):

O envolvimento da comunidade, à medida que ela assume parte do financiamento da educação ou

aceita condições precárias na oferta pública da educação, é a tradução das recomendações do Banco Mundial para que os 'países em desenvolvimento' diversifiquem as fontes de financiamento da educação superior.

As universidades foram 'estimuladas' a fazer ajustes internos de modo a obter a autorização do Governo Requião para a reabertura dos cursos suspensos. Segundo Bosi e Reis (2008, p. 189), no caso da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, de acordo com o próprio secretário Rizzi, houve "[...] o aumento da carga do professor de 9,9 para 14,9 horas-aula semanais sem qualquer ônus para o Tesouro Estadual". Em reunião da 'Escola de Governo'⁵, o reitor da Universidade Estadual de Maringá - UEM anunciou que assumiria cinco cursos suspensos com recursos próprios. Nessa mesma reunião, o reitor da Unicentro afirmou que "A reorganização administrativa da Unicentro vai contar com uma comissão permanente de auditoria interna, revisão dos conselhos superiores e a 'ampliação da captação de recursos por meio de convênios'" (BOSI; REIS, 2008, p. 189, grifo dos autores). O reajuste salarial dos docentes e técnicos das universidades foi postergado. O governo estadual chegou a ameaçar com a redução do número de professores em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

A contenção das despesas com a Educação Superior iniciada no Governo Lerner (1995-2002), permaneceu na gestão de Requião, no período de 2003 a 2005, durante a vigência da denominada política de reestruturação das IEES paranaenses. Manteve-se a situação de subfinanciamento das universidades, avançou-se na restrição da já combatida autonomia universitária e na aplicação de um ajuste interno com a não autorização de contratação, por meio de concurso público, de servidores docentes e técnicos em número suficiente, na precarização das condições de oferta da Educação Superior e no arrocho salarial.

O estrangulamento financeiro das universidades foi uma das características das políticas governamentais adotadas no Governo Lerner (1995-2002) e mantidas no Governo Requião, no período de 2003-2005. A partir de abril de 2006, a professora Lygia Pupatto assumiu o cargo de secretária da SETI e procurou dar um novo direcionamento às políticas do Estado em relação ao sistema estadual de Ensino Superior. Tal

⁵ Reunião semanal do secretariado estadual comandada pelo governador Roberto Requião. Nessa reunião, o governador e os secretários de estado apresentavam ações do governo, faziam balanços, prestavam contas sobre as ações e programas governamentais, discutiam propostas, e discutiam sobre temas contemporâneos (CARLOMAGNO, 2010). Tal reunião realizada semanalmente, às terças-feiras, era aberta ao público em geral e transmitida pela TV Paraná Educativa, vinculada ao governo estadual.

direcionamento reverteu, em parte, a situação de subfinanciamento até então verificada, conforme tentaremos evidenciar na análise dos recursos repassados pelo governo estadual às universidades paranaenses.

O financiamento das IEES paranaenses no período de 2003 a 2010

Para a discussão específica sobre o financiamento das Universidades Estaduais do Paraná, apresentamos a seguir algumas tabelas que construímos a partir das informações disponibilizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e pelo próprio governo estadual, por meio das secretarias da Fazenda e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Nossa análise parte do pressuposto que o lugar ocupado pelo financiamento “[...] é revelador da natureza e dos objetivos das políticas públicas que se estabelecem em determinado tempo histórico” (SGUISSARD, 2003, p. 7).

Na análise do financiamento das universidades paranaenses utilizaremos os seguintes indicadores: 1) a parcela dos gastos com educação, constitucionalmente vinculados, destinados às universidades paranaenses para a manutenção das atividades de ensino; 2) os recursos do tesouro do Estado destinados às universidades para o financiamento global de suas atividades⁶ de ensino (despesas com educação), das clínicas e dos hospitais universitários (gastos com saúde) e de parte das atividades de pesquisa (gastos com ciência e tecnologia). Em nossa análise, procuramos, também, estabelecer uma comparação entre os Governos Requião (2003-2010) e Lerner (1995-2002), na tentativa de identificar se governos de orientação política distintas traduzem tais diferenças na ampliação ou na restrição do financiamento das universidades estaduais.

Na Tabela 1 apresentamos a receita de impostos constitucionalmente vinculados e os recursos repassados pelo governo estadual para a manutenção e desenvolvimento do ensino (Educação Básica e Superior).

A análise dos números da Tabela 1 revela que a política de reestruturação do Ensino Superior implantada pelo Governo Requião no período de

2003 a 2005, resultou na contenção dos recursos destinados às universidades paranaenses.

O Governo Lerner no seu primeiro mandato (1995-1998) destinou, em média, 33,60% da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e 8,04% para a Educação Superior. No segundo mandato (1999-2002) destinou, em média, 22,09% para a Educação Básica e 6,15% para a Educação Superior. Nos oito anos de mandato de Lerner há uma curva descendente dos recursos destinados à educação.

Em seu primeiro mandato (2003-2006), o Governo Requião destinou, em média, 22,82% da receita de impostos para a Educação Básica e 4,67% para a Educação Superior. No segundo mandato (2007-2010), destinou, em média, 26,01% para a Educação Básica e 5,75% para a Educação Superior. Observamos uma redução dos recursos destinados à Educação Superior, especialmente no período de 2003 a 2005. A partir de 2006, há um aumento do percentual de investimentos na Educação Superior. Porém, apesar do aumento dos recursos disponibilizados às universidades, não houve a superação completa da situação de subfinanciamento.

Ao compararmos os números do Governo Requião com o governo anterior verificamos que nos oito anos do Governo Lerner (1995-2002), as universidades receberam um percentual médio maior (7,08%), da receita de impostos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Nos oito anos do mandato do Governo Requião as universidades receberam, em média, 5,21% da receita de impostos. Considerando tais percentuais, constatamos que o Governo Requião destinou às universidades, em termos reais, menos recursos que o Governo Lerner. Destaque-se que no Governo Lerner o Estado era obrigado a investir 25% da receita de impostos na educação e, a partir de 2007, o percentual mínimo a ser aplicado foi ampliado para 30%.

Tomando-se como referência de análise o percentual do ICMs (cota estadual) destinado à manutenção global das universidades (gastos com ensino, saúde e ciência e tecnologia), a comparação entre o Governo Lerner e o Governo Requião é também desfavorável ao segundo.

A Tabela 2 contém as informações disponibilizadas pelo governo estadual (secretarias da Fazenda e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), relativas aos recursos destinados à manutenção global das universidades, incluindo os gastos com educação, os gastos com saúde (hospitais e clínicas vinculadas às universidades) e com ciência e tecnologia (parte das despesas com folha de pagamento dos docentes-pesquisadores).

⁶ Os recursos globais destinados pela Lei Orçamentária Anual (LOA) às universidades têm origem em três fontes: 1) os recursos destinados ao desenvolvimento das atividades de ensino são contabilizados como “despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino público”, conforme determina o artigo 212 da Constituição Federal e o artigo 185 da Constituição Estadual; 2) os recursos destinados à manutenção das clínicas e dos hospitais universitários são contabilizados como “despesas com saúde”, conforme determina a Emenda à Constituição federal nº 29/2000; 3) os recursos destinados ao pagamento de parte da folha de pagamento de ‘pessoal de pesquisa’ são contabilizados como ‘despesas com ciência e tecnologia’, conforme determina o artigo 205 da Constituição Estadual.

Tabela 1. Recursos do Tesouro do Estado repassados às IEES – Paraná no período de 1999 a 2010, contabilizados como despesas com manutenção e desenvolvimento da educação em valores correntes e percentuais em relação à receita de impostos constitucionalmente vinculados. (Valores em R\$, a preços de janeiro de 2014, corrigidos pelo IPCA).

Governo	Ano	Receita dos impostos vinculados à manutenção da educação		Recursos destinados à educação básica		Recursos destinados à educação superior		Total de gastos com educação		
Lerner	1995	7.745.957.011,58	2.416.130.043,53	31,19%	550.418.128,82	7,11%	2.966.548.172,35	38,30%		
	1996	7.741.339.007,00	2.729.864.956,42	35,39%	521.437.979,27	6,76%	3.251.302.935,69	42,15%		
	1997	7.450.837.765,48	2.890.065.328,42	38,79%	722.453.184,16	9,70%	3.361.2518.512,58	48,49%		
	1998	8.299.653.159,18	22.408.040.260,33	29,01%	713.918.518,80	8,60%	3.121.958.779,13	37,61%		
	1999	9.177.603.923,97	2.182.946.961,47	24,87%	671.698.313,75	7,15%	2.854.645.275,22	32,02%		
	2000	10.591.645.378,95	2.337.096.942,71	22,07%	665.034.622,93	6,28%	3.002.131.565,64	28,35%		
	2001	11.073.750.052,21	2.361.251.632,38	21,32%	650.224.866,28	5,87%	3.011.476.498,66	27,19%		
	2002	11.777.470.296,18	2.496.669.003,68	21,20%	604.386.286,52	5,13%	3.101.085.290,20	26,33%		
	Gastos: % médio 1995-1998				33,60%		8,04%		41,64%	
	Gastos: % médio 1999-2002				22,37%		6,11%		28,47%	
Gastos: % médio 1995-2002				27,98%		7,08%		35,06%		
Requião	2003	11.803.679.863,34	2.543.565.243,24	21,55%	548.188.612,75	4,64%	3.091.753.855,99	26,19%		
	2004	12.838.677.716,25	2.939.713.665,33	22,90%	537.401.666,73	4,19%	3.477.115.332,06	27,09%		
	2005	13.688.567.048,91	3.056.686657,28	22,33%	579.547.799,48	4,23%	3.636.234.456,76	26,56%		
	2006	11.968.799.679,30	2.930.859.247,34	24,49%	671.171.294,29	5,61%	3.602.030.541,63	30,10%		
	2007	12.468.230.504,33	3.418.247.488,01	27,42%	723.172.521,14	5,80%	4.141.420.009,15	33,22%		
	2008	16.349.789.325,36	4.094.957.658,84	25,05%	883.105.407,34	5,40%	4.978.063.066,18	30,45%		
	2009	16.113.318.385,68	4.096.591.750,90	25,42%	971.046.881,41	6,03%	5.067.638.632,31	31,45%		
	2010	17.213.641.822,81	4.4501.343.496,69	26,15%	991.998.317,57	5,76%	5.493.341.814,26	31,91%		
	Gastos: % médio 2003-2006				22,82%		4,67%		27,49%	
	Gastos: % médio 2007-2010				26,01%		5,75%		31,76%	
Gastos: % médio 2003-2010				24,41%		5,21%		29,62%		

Fontes: APP (2006); TCE, 1999-2010.

Tabela 2. Recursos do Tesouro do Estado repassados às IEES - Paraná, incluindo os gastos com educação, saúde e ciência e tecnologia, no período de 1995 a 2010, como percentual do ICMS (Cota Estadual). (Valores em R\$, a preços de janeiro de 2014, corrigidos pelo IPCA).

Período	Ano	ICMs arrecadado Cota estadual	Recursos totais Repassados às IEES-Paraná	% do ICMS Destinado às IEES-paraná	
Governo Lerner	1995	6.150.294.656,49	550.416.514,77	8,95	
	1996	6.057.457.887,69	521.437.218,82	8,61	
	1997	5.622.132.269,22	724.268.732,28	12,88	
	1998	5.575.573.628,22	713.917.464,63	12,80	
	1999	6.295.947.934,46	671.728.820,93	10,67	
	2000	7.388.5116.46,80	666.181.347,77	9,02	
	2001	7.987.819.960,27	650.838.625,30	8,15	
	2002	8.470.255.614,04	755.734.676,58	8,92	
	% Médio do ICMS destinado às IEES (1995 – 1998)				10,81
	% Médio do ICMS destinado às IEES (1999 – 2002)				9,19
% Médio do ICMS destinado às IEES (1995 – 2002)				10,00	
Governo Requião	2003	8.837.936.137,29	712.426.941,84	8,06	
	2004	9.636.548.238,26	701.224.323,15	7,28	
	2005	10.112.496.036,33	763.166.733,88	7,55	
	2006	10.272.846.456,34	889.422.666,31	8,66	
	2007	10.817.751.241,15	974.780.167,03	9,01	
	2008	11.904.444.440,24	1.137.645.460,19	9,56	
	2009	11.881.044.536,25	1.240.316.481,44	10,44	
	2010	12.742.213.331,32	1.314.785.959,82	10,32	
	% Médio do ICMS destinado às IEES (2003 – 2006)				7,89
	% Médio do ICMS destinado às IEES (2007 – 2010)				9,83
% Médio do ICMS destinado às IEES (2003 – 2010)				8,86	

Fonte: Paraná (2011).

A análise dos números contidos na Tabela 2 demonstra que a partir do segundo mandato do Governo Lerner (1999-2002) houve uma curva descendente do percentual do ICMS (cota estadual) destinado às universidades. Em 1997, as universidades chegaram a receber 12,88% do ICMS

e, em 2002, último ano do Governo Lerner, as universidades receberam apenas 8,92%, uma redução, em termos reais, de 30,74%.

A redução do percentual do ICMS destinado às universidades continuou ocorrendo durante o primeiro mandato do Governo Requião, no período

de 2003 a 2005. No segundo mandato do Governo Requião (2007-2010), verificou-se uma curva ascendente do percentual do ICMS destinado às universidades. Em 2004, verificou-se o menor percentual do ICMS (7,28%) destinado às universidades desde 1995. Em 2010, último ano do Governo Requião, a situação de subfinanciamento das universidades foi, em parte, revertida. As universidades receberam 10,32% do ICMS. Uma ampliação em termos reais de 15,70% em relação ao ano de 2002 (último ano do governo Lerner).

Entretanto, uma análise pormenorizada da evolução orçamentária das universidades demonstra que a ampliação do percentual do ICMS destinado às universidades no período de 2006 a 2010 não resolveu completamente o problema de subfinanciamento dessas instituições, o que se confirma quando comparamos o percentual médio do ICMS destinado às universidades nos Governos Lerner (1995-2002) e Requião (2003-2010). O Governo Lerner (1995-2002) destinou às universidades um percentual médio de 10% da receita do ICMS (cota estadual) e o Governo Requião (2003-2010) destinou um percentual médio de 8,86%.

No período de 2006 a 2010 verificamos a ampliação do financiamento das universidades. Entretanto, se tomarmos como referência o percentual do ICMS destinado às universidades, constatamos que o Governo Requião, em oito anos de mandato, destinou um montante menor de recursos que o Governo Lerner (1995-2002).

Distinguindo os recursos repassados pelo Tesouro do Estado, de acordo com a espécie de despesas (Pessoal, Custeio e Investimentos), verificamos que as universidades praticamente não recebem, via orçamento, recursos para investimentos.

A análise dos dados da Tabela 3 demonstra que a maior parte dos recursos destinados às universidades por meio de Lei Orçamentária Anual é utilizada para garantir o pagamento de pessoal (docentes e agentes universitários), uma parcela ínfima é destinada ao custeio e praticamente nenhum recurso é destinado para investimentos (execução de obras, aquisição de equipamentos e material permanente, por exemplo).

A análise dos recursos repassados pelo Tesouro do Estado para o custeio⁷ das universidades nos permite evidenciar uma diferença entre o Governo Requião e Lerner nessa espécie de despesa. No

Governo Requião, considerando a média percentual dos oito anos, houve um aumento da participação dos recursos de custeio em relação ao orçamento global das universidades. Nos oito anos do Governo Requião foram destinados, em média, 7,92% do orçamento para custeio e 91,14% para o pagamento de pessoal. Nos oito anos do Governo Lerner foram destinados, em média, 5,06% do orçamento para custeio e 94,02% para o pagamento de pessoal, conforme os dados apresentados na Tabela 3.

Verificamos que no Governo Requião houve um aumento dos recursos para o custeio, comparativamente ao percentual médio dos oito anos do Governo Lerner (de 5,06 para 7,92%). Entretanto, em relação aos recursos para investimento, a situação permaneceu praticamente a mesma. O Governo Lerner destinou, em média, apenas 0,93% do orçamento das universidades para investimento e o Governo Requião 0,94%.

Em relação aos gastos com pessoal, é necessário destacar que o Governo Requião ofereceu um tratamento distinto do Governo Lerner, no que diz respeito à política salarial de docentes e agentes universitários, especialmente a partir de seu segundo mandato (2007 a 2010).

O Governo Lerner impôs um profundo arrocho salarial aos servidores das universidades (docentes e agentes universitários). No período de 1995 a 2002 (Governo Lerner), os docentes realizaram mobilizações e greves e foram contemplados com quatro reajustes salariais⁸ que totalizaram 78,61%. Nesse mesmo período, a inflação acumulada, de acordo com o Índice do Custo de Vida (ICV) totalizou 116,83% (DIEESE, 2014). Sendo assim, no final do Governo Lerner os docentes acumularam 21,40% de perdas salariais.

No período de 2003 a 2010 os docentes e agentes universitários continuaram organizando mobilizações e paralisações para que a questão salarial fosse tratada como prioridade pelo Governo Requião. Especialmente a partir de 2007, Requião adotou uma política salarial que procurou repor as perdas inflacionárias acumuladas desde o Governo Lerner.

Durante o Governo Requião (2003-2010), os docentes foram contemplados com seis reajustes salariais⁹ que totalizaram, em média, 82,22%. Nesse mesmo período, a inflação acumulada, de acordo com o Índice do Custo de Vida-ICV, totalizou 56,46% (DIEESE, 2014). Sendo assim, no final do Governo

⁷ A Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná classifica as despesas de custeio como "outras despesas correntes". Tais despesas são descritas como aquelas destinadas à aquisição de material de consumo, diárias e ressarcimento de despesas com alimentação e pousada, pagamento de pessoa física sem vínculo empregatício ou pessoa jurídica, independente da forma contratual (PARANÁ, 2012b).

⁸ Em março de 1995 os docentes e o conjunto dos servidores estaduais foram contemplados com um reajuste salarial de 10%. Em agosto de 1995 o governo Lerner voltou a conceder 10% de reajuste ao conjunto dos servidores estaduais, incluindo os docentes. Em março de 1997, como resultado da implantação da carreira, os docentes foram contemplados com um reajuste linear de 30%. Em março de 2002, depois de quase seis meses de greve, o reajuste concedido pelo governo estadual foi de 13,55%.

Tabela 3. Recursos do Tesouro do Estado repassados às IEES - Paraná, de acordo com a espécie de despesas, incluindo os gastos com educação, saúde e ciência e tecnologia, no período de 1995 a 2010 em valores percentuais e nominais (Valores em R\$, a preços de janeiro de 2014, corrigidos pelo IPCA).

Período	Ano	Pessoal	%	O.D.C. Custeio	%	Investimentos	%	Total
Governo Lerner	1995	598.844.435,52	91,73	41.225.486,28	6,31	12.751.566,60	1,95	652.821.488,40
	1996	634.537.561,23	96,31	21.231.977,99	3,22	3.050.542,36	0,46	658.820.081,58
	1997	803.004.710,91	88,38	91.440.293,19	10,06	14.185.382,37	1,56	908.630.386,47
	1998	868.474.186,10	95,30	34.093.381,96	3,74	8.736.606,07	0,96	911.304.174,13
	1999	730.313.640,78	97,22	20.784.975,09	2,77	84.365,34	0,01	751.182.981,21
	2000	699.158.621,09	96,71	23.492.986,00	3,25	255.256,60	0,04	722.906.863,69
	2001	653.138.919,32	96,12	24.839.268,64	3,66	1.557.562,86	0,23	679.535.750,82
	2002	626.994.556,71	90,35	51.746.101,26	7,46	15.228.630,68	2,19	693.969.288,65
	Média (1995 - 2002)		94,01		5,06		0,93	
Governo Requião	2003	632.008.802,79	92,56	47.574.750,38	6,97	3.203.623,90	0,47	682.787.177,07
	2004	584.766.473,14	91,60	48.894.940,18	7,66	4.730.773,69	0,74	638.392.187,01
	2005	662.999.249,98	90,80	65.270.223,26	8,94	1.920.630,71	0,26	730.190.103,95
	2006	789.693.254,12	92,28	64.238.917,60	7,51	1.846.085,20	0,22	855.778.256,92
	2007	841.645.732,21	92,31	69.874.332,84	7,66	256.995,10	0,03	911.777.060,15
	2008	885.486.974,33	87,56	84.928.156,19	8,40	40.858.816,21	4,04	1.011.273.946,73
	2009	1.060.248.764,04	90,07	96.984.852,95	8,24	19.940.737,43	1,69	1.177.174.354,42
	2010	1.087.841.505,44	91,93	94.349.813,42	7,97	1.176.412,24	0,10	1.183.367.731,10
	Média (2003-2010)		91,14		7,92		0,94	

Fonte: Paraná (2011).

Requião os docentes acumularam, em média, 16,46% de ganhos salariais. Tais reajustes resultaram de duas revisões da carreira docente, realizadas em setembro de 2005 e setembro de 2008. Além da revisão da carreira, os docentes obtiveram reajustes salariais anuais a partir de 2007, como decorrência da revisão anual de salários (data-base). No Governo Requião foi aprovada a Lei Estadual 15.512/2007 (PARANÁ, 2007b), que garante a todos os servidores públicos do Estado do Paraná o direito à revisão geral anual de salários. Tal revisão deve ser realizada em 1º de maio (data-base) e deve repor integralmente a inflação acumulada, de acordo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (PARANÁ, 2007b), nos 12 meses anteriores.

Considerações finais

Durante o período de 2003 a 2005 o governo Requião desencadeou uma política de reestruturação do sistema estadual e Ensino Superior. As ações colocadas em prática e os discursos que endossaram

a defesa de tais ações se assemelhavam às orientações do Banco Mundial no que tange à contenção de gastos com a Educação Superior. Tal política produziu uma situação de subfinanciamento das universidades paranaenses. Mesmo com a ampliação, a partir de 2006, dos recursos públicos repassados às universidades a situação de subfinanciamento, observada no primeiro mandato de Requião, não foi totalmente superada.

A comparação quantitativa, em termos de percentuais médios, dos recursos financeiros destinados às universidades durante os governos Requião (2003–2010) e Lerner (1995–2002) indica que o Governo Lerner, em oito anos de mandato, destinou às universidades um percentual médio de 10% da receita do ICMs (cota estadual) e o Governo Requião destinou 8,86%. Verificamos, também, que durante o Governo Lerner (1995–2002), as universidades receberam um percentual médio de 7,08% da receita de impostos destinados, constitucionalmente, à manutenção e desenvolvimento do ensino. No Governo Requião (2003–2010) as universidades receberam 5,21% da receita de impostos. Tomando como referência o percentual do ICMs (cota estadual) e o percentual da receita de impostos, constitucionalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, destinados às universidades constatamos que o Governo Requião, em termos reais, investiu menos recursos nas universidades que o Governo Lerner.

No que diz respeito ao financiamento das universidades paranaenses, o comparativo acima evidencia o resultado concreto da política de reestruturação da Educação Superior implantada pelo Governo Requião no período de 2003 a 2005.

⁹ O primeiro reajuste salarial concedido aos docentes pelo Governo Requião foi implantado em setembro de 2005 com a revisão da carreira, por meio da modificação da lei estadual nº 11.713/1997 que havia estruturado a carreira dos docentes das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná. Tal revisão da carreira resultou nos seguintes reajustes diferenciados: 10,14% para os Auxiliares; 14,29% para os Assistentes; 23,42% para os Adjuntos; 32,64% para os Associados e 21,59% para os Titulares. Em julho de 2007 foi concedido o segundo reajuste salarial aos docentes. O Governo Requião concedeu a revisão geral anual de salários (data-base) a todos os servidores estaduais. No caso dos docentes o reajuste foi 6,57%. Em julho de 2008 foi concedido o terceiro reajuste salarial aos docentes. Como decorrência da revisão anual de salários (data-base) dos servidores estaduais, os docentes foram contemplados com o reajuste de 5%. Em setembro de 2008 o Governo Requião concedeu o quarto reajuste salarial aos docentes, como resultado de nova revisão da carreira dos docentes. Essa segunda revisão da carreira, durante o Governo Requião, resultou nos seguintes reajustes diferenciados: 30% para os Auxiliares e 19,60% para as demais classes (Assistentes, Adjuntos, Associados e Titulares). O quinto reajuste salarial foi concedido em junho de 2009. Como decorrência da revisão anual de salários (data-base) dos servidores estaduais, os docentes foram contemplados com um reajuste de 6%. O sexto reajuste salarial aos docentes, de 5%, foi implantado em maio de 2010 e resultou da revisão anual de salários (data-base) concedida a todos os servidores públicos do Paraná, incluindo os docentes.

Tal política, além da contenção do financiamento das universidades, acarretou, como consequência, uma contenção no ritmo de crescimento do número de matrículas e de vagas em cursos de graduação presenciais e do número das funções docentes comparativamente ao crescimento médio das outras redes estaduais de Ensino Superior verificado no Brasil no período de 2003 a 2010.

De acordo com as 'Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação' (BRASIL, 2011) no período de 2003 a 2010, verificamos no Estado do Paraná um crescimento menor de alguns indicadores, quando comparados com o percentual médio de crescimento do conjunto das redes estaduais de Ensino Superior, conforme segue: no Paraná, verificou-se um crescimento de 11,31% do número de vagas em cursos de graduação presenciais (de 17.777 para 19.787), enquanto a média de crescimento das redes estaduais no Brasil foi de 23,65% (de 111.863 para 138.318); quanto ao número de matrículas, no Paraná, ocorreu um crescimento de 5,86% (de 65.991 para 69.858), enquanto o crescimento médio do conjunto das redes estaduais foi de 9,63% (de 442.706 para 524.698); no Paraná, o número de funções docentes cresceu 8,28% (de 5.774 para 6.252) e, no conjunto das redes estaduais, o crescimento médio verificado foi de 34,21% (de 33.580 para 45.069).

O Governo Requião propalava seguir uma orientação política distinta do Governo Lerner, que foi considerado um governo tipicamente neoliberal e estreitamente vinculado aos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial. Lerner, em oito anos de mandato, defendeu e procurou implantar um processo crescente de privatização dos serviços públicos, especialmente da Educação Superior. Lerner implantou uma reforma da previdência estadual por meio da criação de um serviço social autônomo (empresa privada), denominado de ParanaPrevidência. Nos termos da lei estadual nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, a Paraná Previdência caracteriza-se como instituição sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, natureza de serviço social autônomo paradministrativo, com patrimônio e receitas próprios e com autonomia técnica e financeira (PARANAPREVIDENCIA, 1998). O Banco Mundial adotou a experiência do governo Lerner como modelo, de gestão da previdência de servidores públicos, a ser difundido em outros países. O governador Lerner foi convidado para participar de um evento, em Washington (EUA), promovido pelo Banco Mundial, para divulgar o modelo (privado) de gestão previdenciária posto em prática pelo seu governo no Paraná.

Requião, do ponto de vista do discurso político, guarda grande distância em relação a Lerner, pois não se assume como um político defensor das leis do mercado e da privatização dos serviços públicos. Proclama-se um defensor dos interesses nacionais e uma forte presença do Estado em termos de políticas sociais. Entretanto, essa diferença política autoatribuída não impediu uma reestruturação do Ensino Superior no Paraná, implementada pelo secretário Aldair Rizzi, cujo resultado concreto, no período de 2003 a 2005, foi a redução, em termos reais, do financiamento das IEES paranaenses a patamares inferiores aos do Governo Lerner (1995-2002). Por mais paradoxal que pareça, a política de reestruturação do Ensino Superior adotada pelo Governo Requião, no período de 2003 a 2005 representou uma paulatina e deliberada deserção do Estado de sua tarefa de financiar integralmente as instituições públicas estaduais de Educação Superior por ele mantidas.

Referências

- ALTOÉ, N. **As universidades estaduais do Paraná: os caminhos da heteronomia**. 2007. 128f. Tese (Doutorado em Educação)-Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.
- APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. Arrecadação do Paraná e recursos para Educação Básica e Superior (Dados Tribunal de Contas do Estado - TCE). **Jornal 30 de Agosto**, ano XVI. n.º 117, 2006. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/Include/Paginas/publicacoes.aspx>>. Acesso em: 2 ago. 2012.
- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia** (El desarrollo en la práctica). Washington D.C., 1995a.
- BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación**: estudio sectorial Del Banco Mundial. Washington D.C., 1995b.
- BANCO MUNDIAL. **La educación superior en los países en desarrollo**: peligros y promesas. Tradução Corporación de Promoción Universitaria. Santiago de Chile, 2000.
- BOSI, A.; REIS, L. F. A reforma universitária nas universidades estaduais do Paraná. **Universidade e Sociedade**, n. 34, p. 35-47, 2004.
- BOSI, A.; REIS, L. F. Banco Mundial, Governo Lula, Governo Requião e a reforma universitária: uma análise comparativa. In: FIGUEIREDO, I. M. Z.; ZANARDINI, I. M.; DEITOS, R. A. (Ed.). **Educação, políticas sociais e Estado no Brasil**. Cascavel: Edumioeste, 2008. p. 173-203.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 ago. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Sinopses Estatísticas da Educação Superior. Graduação (2003-2010). Brasília. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório das eleições 2002.** Brasília: TSE, 2003. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/arquivos/relatorio.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

CARLOMAGNO, M. C. **Accountability ou propaganda? A publicização no setor público:** estudo de caso do programa Escola de Governo do governo do Paraná. 2010. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 3., 2010, Brasília. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material%20CONSAD/paineis_III_congressoconsad/painel_19/accountability_ou_propaganda_a_publicizacao_no_setor_publico_estudo_de_caso_do_programa_escola_de_governo_do_governo_do_parana.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2012.

DIEESE-Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos. **Índice do Custo de Vida:** Banco de Dados. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analise/icv/icv.html>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

GUTIERREZ, G. L.; CATANI, A. M. Participação, conflito e autonomia financeira: a greve de 1994 nas universidades públicas do estado de São Paulo, Brasil. In: CATANI, A. M. (Org.). **Universidade na América Latina:** tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1996. p. 90-114.

PARANÁ. Constituição (1989). **Emenda constitucional n.º 21, de 2 de agosto de 2007.** Dá nova redação ao art. 185 e acrescenta o art. 60 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná. Curitiba: Assembléia Legislativa, 2007. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=10166>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. Coordenadoria de Ensino Superior. **Evolução das despesas com as IEES/PR.** (2003-2010). Curitiba: SETI, 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. Coordenadoria de Ensino Superior. **Censo Acadêmico.** Curitiba, 2012a. Disponível em: <[\[EnsinoSuperior/Planilha_Definitiva_Dados_2012.pdf\]\(#\)>. Acesso em: 25 ago. 2012.](http://www.seti.pr.gov.br/arquivos/File/</p></div><div data-bbox=)

PARANÁ. Secretaria da Fazenda. Portal do dinheiro público. **Outras despesas correntes.** 2012b. Disponível em: <<http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/glossario.jsp>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

PARANAPREVIDENCIA. **Lei Estadual n.º 12.398,** de 30 de dezembro de 1998. Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, transforma o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná – IPE em Serviço Social Autônomo, denominado Parana Previdência, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.paranaprevidencia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=83>>. Acesso em: 13 set. 2012.

PEEMEDEBISTA quer criar bloco contra Lula. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 30 dez. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3012200216.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

REIS, L. F. Políticas do Governo Requião para as universidades paranaenses: a distância entre o discurso de campanha e a prática governamental. **Revista da ADUEM,** n. 3, p. 13-16, 2007.

RIZZI, A. T. **A reestruturação do ensino superior público no Paraná.** Scientia. Informativo do Sistema Seti. Curitiba: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003.

SGUISSARD, V. O financiamento como 'analisador' das políticas públicas de educação superior. In: AMARAL, N. C. (Ed.). **Financiamento da educação superior:** estado x mercado. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Unimep, 2003. p. 7-10.

TCE-Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Relatório das Contas do Governo do Estado do Paraná, 1999-2010.** Disponível em: <http://www.tce.pr.gov.br/servicos_contasgovernador.aspx>. Acesso em: 25 jan. 2012.

Received on September 14, 2012.

Accepted on March 6, 2013.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.